



## Agenda de votações inclui defesa e segurança pública



Central de videomonitoramento da Guarda Municipal de Belo Horizonte: Congresso dedicará duas semanas a projetos sobre segurança pública

Estímulo à exportação e pacto federativo também estão entre os temas prioritários da Casa

**A**o retomar as votações na próxima semana, o Senado terá pela frente três medidas provisórias — incentivos à exportação, à indústria da defesa e ao café não torrado — antes de analisar projetos de segurança pública, elencados pelos líderes partidários como prioritários. **3**



**Aloysio tem projeto para atendimento psiquiátrico a menor infrator 4**

**Simon pede que Dilma regulamente ficha limpa no Executivo 4**

Senador sugere que a presidente baixe decreto sobre o assunto



Proposta de Aloysio também prevê tratamento para viciados em drogas

**Para Cristovam, governo deve detalhes sobre corte de gastos 4**

**Em busca de interatividade, Senado prepara o e-Cidadania 2**



Cristovam diz que Congresso precisa conhecer projetos contingenciados

## Assine a newsletter do Jornal do Senado

Basta se cadastrar no portal de notícias do Senado para receber, no seu e-mail, a informação mais completa sobre o trabalho dos senadores.



Programa e-Cidadania trará novas ferramentas, entre elas portal na internet com conteúdo interativo. Ideia é aumentar participação popular nas atividades legislativas

# Senado amplia interatividade com o cidadão

COM O OBJETIVO de estimular e possibilitar a participação direta dos cidadãos nas atividades do Poder Legislativo, o Senado está criando o Programa e-Cidadania. A iniciativa contará com diversas ferramentas, entre elas o Portal e-Cidadania. A página apresentará conteúdo educativo e interatividade com a população, além de reunir, em um mesmo local, serviços já existentes na Casa, como o Alô Senado e a Ouvidoria.

A implantação será feita em duas etapas: a primeira versão deve entrar em funcionamento em maio, e a segunda, em novembro.

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, lembra que muitas das informações já estão disponíveis e que o contato já é possível, mas que o Senado busca aumentar a transparência para atender cada vez melhor os cidadãos. Ela diz que as novas ferramentas e a tradução da linguagem processual para um vocabulário cotidiano facilitarão o acesso e estimularão o exercício da cidadania.

— O Senado está oferecendo ferramentas para que o cidadão venha até ele, dizendo o que quer, o que precisa que



Secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra destaca a importância de "traduzir" a linguagem processual. Doris Peixoto, diretora-geral da Casa, enfatiza a transparência

seja regulamentado em sua vida em sociedade.

Claudia ressalta que a novidade vai ao encontro da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), publicada em novembro do ano passado. O gerenciamento ficará a cargo de grupo multidisciplinar, com representantes de vários setores do Senado.

De acordo com a diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, o e-Cidadania é mais um desdobramento da decisão do presidente do Senado,

José Sarney, e do 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), de privilegiar a transparência, a aproximação com a sociedade e a interatividade com os cidadãos.

— Não tenho dúvida de que o maior ganho atribuído ao programa é a possibilidade de receber, de forma direta as demandas da sociedade brasileira, cumprindo mais um requisito definido pelo modelo do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).

## Participação popular deverá ser mais efetiva

O e-Cidadania deverá permitir participação popular mais efetiva na vida legislativa, explica o diretor da Secretaria de Comissões do Senado e representante da Secretaria-Geral da Mesa no comitê gestor do programa, Flávio Roberto de Almeida Heringer.

— O portal vai atuar também nessa parte de interação, pensando na formação de leis, em como a sociedade pode interagir com o Senado nesse processo de formação das leis.

Heringer aponta, por exemplo, que hoje as sugestões são recebidas e encaminhadas aos senadores. Com a nova página, as ideias serão públicas e poderão receber o apoio de outras pessoas nas redes

sociais. As ideias que alcançarem número expressivo de apoiadores poderão ser encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e serem transformadas em projetos de lei ou em emendas a projeto já em tramitação.

O diretor afirma que não se trata de projetos de iniciativa popular, que têm um rito próprio. Seriam projetos de iniciativa do Senado, em um processo mais simples e mais rápido, baseados no desejo expresso da sociedade. O programa foi pensado para permitir que o cidadão participe em três grandes áreas legislativas e será dividido em três partes: e-Legislação, e-Fiscalização e

e-Representação. Assim, serão disponibilizadas informações sobre a previsão de orçamento, sua execução pelo governo e como o cidadão pode fiscalizar a aplicação dos recursos.

Além de ampliar as formas de contato entre sociedade e Senado, o programa permitirá que os senadores tenham acesso às manifestações da sociedade sobre os temas em debate, conhecer o perfil da sociedade engajada no processo político, fornecer dados à sociedade e aos meios acadêmicos, ampliar a transparência administrativa e orçamentária da Casa e popularizar o acesso às informações orçamentárias da União, dos estados e do Distrito Federal.



## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

### Quarta-feira

#### Plenário Discursos

14h A sessão será não deliberativa, dedicada a pronunciamentos dos senadores.

### Quinta-feira

#### CDH Reintegração em Pinheirinho

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública para debater a reintegração de posse da área do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP). Serão ouvidos o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, Alvaro Batista Camilo, e o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury, entre outros.

### Sexta-feira

#### Plenário Discursos

9h A sessão será não deliberativa, dedicada a pronunciamentos dos senadores.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## CDH debate desocupação de Pinheirinho

A reintegração de posse da área do bairro Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), será debatida amanhã, às 9h, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência pública foi requerida por Paulo Paim (PT-RS).

Entre os 20 convidados para o debate, sugeridos por ele e por Eduardo Suplicy (PT-SP), estão o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury; o secretário da Habitação do estado de São Paulo, Silvio Torres; o juiz Rodrigo Capez, representante do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) na operação de desocupação da área; outros magistrados; representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, da Polícia Militar de São Paulo e da Secretaria de Justiça do estado; líderes comunitários; vereadores; e desabrigados que depuseram na Promotoria.

### Despejo

Em 22 de janeiro, a Polícia Militar de São Paulo entrou no Pinheirinho para cumprir determinação, emitida pela Justiça estadual, de reintegração de posse da área, que pertence oficialmente à falida Selecta, grupo que englobava 27 empresas de Naji Nahas. O terreno era ocupado por quase 6 mil famílias, que foram expulsas e tiveram suas casas demolidas.

Os ex-moradores argumentam que a Selecta se apropriou indevidamente das terras, e muitos, segundo Suplicy, relataram ao Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana violências cometidas pelos policiais militares.

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região chegou a mandar suspender a retirada dos moradores, mas a liminar foi cassada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que entendeu que o assunto era da competência da Justiça estadual.

Os desalojados foram encaminhados para abrigos provisórios na cidade. Após a desocupação, o governo de São Paulo anunciou que o estado proverá aluguel social de até R\$ 500 às famílias, até que possam se mudar para unidades habitacionais de programas de governo.



Desocupação do Pinheirinho: ex-moradores afirmam que foram retirados do local com o uso de balas de borracha, bombas de gás e abusos por parte da polícia militar

# Para destrancar pauta, Senado precisa votar projetos do governo

Passado o recesso de Carnaval, os senadores devem apreciar propostas que incentivam as exportações e a indústria de defesa

O SENADO RETOMA os trabalhos legislativos, após o Carnaval, com dois projetos de lei de conversão (originados de medidas provisórias) trancando a pauta do Plenário. Segundo o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), a votação dos PLVs 1/12 e 2/12 deve ocorrer na próxima semana. Os senadores aguardam apenas a apresentação dos relatórios, de Clésio Andrade (PR-MG) e Fernando Collor (PTB-AL), respectivamente.

Uma terceira MP foi enviada ao Senado pela Câmara e ainda precisa ser lida em Plenário.

Por terem sido editadas pela presidente Dilma Rousseff em 29 de setembro de 2011, as três medidas provisórias — transformadas em PLVs por terem sido alteradas na Câmara — caducam em 8 de março.

Primeiro item da pauta, o PLV 1/12, proveniente da MP 546/11, fomenta as exporta-

ções no país. A MP repassa R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios exportadores. O repasse ocorreu nos meses de outubro, novembro e dezembro para compensar perdas resultantes da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a produtos exportados, prevista pela Lei Kandir.

### Indústria de defesa

O PLV 2/12, da MP 544/11, cria regime tributário especial para incentivar a indústria de defesa, além de instituir normas diferenciadas para compras e contratações de produtos e sistemas do setor.

A MP cria o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), que suspende a cobrança de PIS-Pasep e Cofins, além de isentar a incidência desses tributos na importação, sobre insumos para a produção na área de defesa.

O Retid também suspende o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para esses segmentos. A medida estabelece que operações de exportação realizadas por empresas estratégicas de defesa poderão receber seguro de crédito por meio do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

A MP 545/11, que ainda será lida em Plenário, foi transformada no PLV 3/12. A proposta estabelece incentivos tributários para café não torrado e outros produtos da cadeia, além de estabelecer regras de crédito presumido para exportadores do setor.

A medida provisória altera o prazo e o recolhimento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre operações com derivativos financeiros e determina que a cobrança será feita até o último dia do mês seguinte ao da operação.

## Segurança pública e pacto federativo serão prioridades

O líder do PT na Casa, Walter Pinheiro (BA), anunciou que os senadores planejam dedicar duas semanas a projetos sobre segurança. A intenção é anexar as principais propostas em tramitação sobre o tema para chegar a pauta única e de consenso. Para o líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), segurança deve ter “prioridade zero” no Senado. Ele afirmou que, com o crescimento da desigualdade social, a violência aumentou.

Sobre o pacto federativo, os senadores planejam comissão especial para debater a regulamentação do Fundo de Participação dos Estados e o acordo sobre incentivos fiscais e *royalties* do petróleo. A comissão deve analisar projeto de resolução (PRS 72/10) que fixa em 4% a alíquota para ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados, para combater a guerra fiscal dos incentivos concedidos por alguns estados.

A lista de prioridades inclui a tramitação das medidas provisórias. Os líderes pediram ao presidente do Senado, José Sarney, que realize esforço junto ao governo e à Câmara dos Deputados para que a Proposta de Emenda à Constituição 11/11 seja aprovada. Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), o Senado está sendo submetido a “uma situação até de humilhação”, devido ao pouco tempo para análise das MPs, que são enviadas ao Congresso em grande quantidade.

## Aposentadoria integral para servidor inválido

Começou a tramitar no Senado a proposta de emenda à Constituição que concede proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente. Aprovado com o número 270/08 na Câmara, o texto (PEC 5/12) vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será discutido e votado, antes de seguir para dois turnos de discussão e votação em Plenário.

Presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE) postou sexta-feira no Twitter que tem recebido manifestações sobre a emenda e trabalhará por sua aprovação.

A iniciativa beneficia servidores que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, data da promulgação da Emenda

Constitucional 41, que constituiu a última reforma da Previdência. De autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), a proposta também garante aos aposentados por invalidez permanente paridade de reajuste de vencimentos com quem está na ativa, regra estendida às pensões derivadas desses proventos.

### Cálculo

Pelo texto, o funcionário que entrou no serviço público até o final de 2003 e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições — como prevê a Lei 10.887/04, que disciplina o tema.

A última reforma da Previdência instituiu a aposentadoria por invalidez permanente, mas com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. A exceção era apenas para a aposentadoria decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável listada em lei.

### Revisão

A PEC, que acrescenta o artigo 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, se promulgada, estipula prazo de 180 dias para o Executivo revisar as aposentadorias e pensões concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004. Os efeitos financeiros dessa revisão vão valer a partir da data de promulgação da futura emenda constitucional.

Senador afirma que a presidente Dilma Rousseff deveria estender aos indicados a cargos federais a Lei da Ficha Limpa, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal para candidatos nas eleições deste ano



Em discurso no Senado, Simon diz que Dilma já exige ficha limpa, mas acha que falta institucionalizar esse pré-requisito

## Simon volta a sugerir ficha limpa no Executivo

UM DECRETO DA presidente Dilma Rousseff exigindo ficha limpa dos indicados para cargos federais, segundo Pedro Simon (PMDB-RS), “completaria os esforços iniciados pelo Legislativo e confirmados dia 16 pelo Supremo Tribunal Federal (STF)” com a decisão favorável à aplicação da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) a partir das eleições municipais deste ano.

O senador avaliou que a presidente poderá, a partir de agora, marcar um novo Brasil, “governando com os responsáveis e com os mais dignos”. Simon reconheceu que Dilma já vem exigindo capacidade comprovada e ficha limpa dos indicados a cargos

no Executivo, mas disse que falta institucionalizar esses pré-requisitos.

— Agora a presidente pode baixar o decreto e dizer: no meu governo, para nomear, eu quero a biografia, eu quero a ficha de quem é o cara e a competência para exercer o cargo — afirmou.

### Decisão sobre CNJ

Simon também elogiou o STF por ter reconhecido a autonomia do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para iniciar, por meio de sua Corregedoria, processo contra magistrados envolvidos em denúncias de irregularidades.

— O Supremo decidiu que o Conselho Superior da Magistratura tem autonomia, que a

Corregedoria pode iniciar o processo, que não fica entregue ao corregedor regional. Foi um gesto excepcional do Supremo na sua própria carne, talvez um dos mais importantes da história do tribunal — disse.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a Lei da Ficha Limpa tem para a política importância equivalente à da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) para as finanças. Mesmo assim, sugeriu aperfeiçoamentos para corrigir o que considerou injustiças causadas pela lei, como a equiparação de meros erros administrativos a casos graves de improbidade.

## Cristovam quer lista de projetos contingenciados

Após o anúncio pelo governo do corte de R\$ 55 bilhões no Orçamento, os parlamentares não sabem especificar em que áreas haverá redução de recursos, disse Cristovam Buarque (PDT-DF) na sexta-feira. Isso porque, segundo o senador, não houve discussão do Executivo com o Congresso.

— Três dias depois da decisão de cortes, ainda não sabemos onde eles serão exatamente. Saíram os grandes cortes, mas não os específicos. Estou muito curioso para saber qual foi esse grande corte no Ministério das Cidades: foi para estádios ou para

saneamento? — questionou.

Cristovam afirmou não ser contrário a cortes de gastos supérfluos. No entanto, avaliou, os cortes devem ser discutidos com o Congresso para que o Orçamento seja direcionado a áreas com maior carência.

— Pessoalmente, acho até que é perfeitamente possível o Orçamento ser construído em conjunto pelo Poder Executivo e o Legislativo, sem que haja emenda que parta do Congresso. Mas, hoje, tratam a ideia de emendas como se fossem de interesse apenas do parlamentar, não da sociedade. E se fala em cortar recursos das

emendas sem nem analisar para onde elas iriam. É o tal do corte linear — afirmou.

### Emendas

O senador disse que a maioria das emendas são direcionadas a questões de interesse do cidadão, como saúde, educação e segurança. Como exemplo, informou que as emendas que apresentou destinam recursos a entidades de saúde, como o Centro de Oncologia do Hospital das Forças Armadas e aos hospitais Sarah Kubitschek e da Universidade de Brasília (HUB), e também para investimentos no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e no Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apoiou a crítica.

— Estimularam o Congresso a inflar a expectativa de receita para, com base nela, os parlamentares poderem apresentar suas emendas. E agora cortam não só as emendas, mas os próprios programas considerados prioritários para o governo na área da saúde, da educação, da segurança pública, sem nos dar explicação — afirmou.



Em discurso, Cristovam cobra do governo detalhes sobre cortes no Orçamento

## Aloysio propõe atendimento psiquiátrico para jovem infrator

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) anunciou na sexta-feira, em Plenário, a apresentação de projeto de lei destinado a incluir o atendimento médico-psiquiátrico entre as medidas socioeducativas para adolescentes que praticam atos infracionais. O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

Pela proposta (PLS 23/12), a medida será aplicada ao adolescente portador de doença ou deficiência mental comprovada por meio de exame médico legal, que se mostre incapaz de entender o caráter pedagógico e educacional das demais medidas socioeducativas. Ainda conforme o projeto, o tratamento ambulatorial ou a internação serão realizados preferencialmente em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

— Medida socioeducativa visa a educar, a reinserir,

a preparar o jovem para a inserção na vida familiar e social. No entanto, existem situações em que o jovem que comete o ato infracional não tem condições de entender o alcance dessa medida — assinalou.

A proposta também prevê que o menor infrator em cumprimento de medida socioeducativa com comprovada dependência de álcool ou outras drogas deverá se submeter a tratamento, de preferência na rede SUS extra-hospitalar, mas podendo ocorrer na rede privada se o SUS não dispuser de tratamento adequado, e com os custos pagos pelo sistema.

O senador já havia apresentado a proposta durante a votação, em dezembro, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de projeto que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).



Aloysio acredita que mudança reduzirá impunidade e agilizará Justiça

## Morre, aos 77, ex-presidente do STF e ex-senador Maurício Corrêa

Morreu na sexta-feira passada, em Brasília, o ex-senador Maurício Corrêa. Ele tinha 77 anos.

Seu mandato no Senado, pelo Distrito Federal, foi de 1987 a 1994. No início do mandato, participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Formado em ciências jurídicas e sociais e com grande experiência como advogado,

Corrêa ocupou importantes postos também no Executivo e no Judiciário.

Entre 1992 e 1994, no governo Itamar Franco, foi ministro da Justiça. Depois, tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele chegou a ser presidente da corte, em 2004 e 2005, até sua aposentadoria.

Maurício Corrêa era mineiro de São João do Manhuaçu.



Antes de ser ministro da Justiça e presidente do STF, Maurício Corrêa foi eleito senador pelo DF

Rose Brasil/Agência Brasil